



Contemplando além do marfim - a Fundação EPI rumo à 2030

Visão 2030

Coexistência harmoniosa entre pessoas e elefantes permitindo as manadas de viajar ao longo das suas áreas de distribuição.

Protegendo assim uma ampla gama de animais e plantas selvagens, combatendo as mudanças climáticas, e apoiando os meios de subsistência locais.

A Iniciativa de Protecção ao Elefante (EPI) é uma aliança única composta por 21 países africanos dedicados à conservação de seus elefantes. A maioria dos 400.000 elefantes Africanos restantes estão localizados nos países membros da EPI, que são anglófonos, francófonos e lusófonos. A EPI é liderada por governos africanos, orientada pelo seu Conselho de Administração e apoiada por um Secretariado pequeno e inovador, constituindo assim a Fundação EPI.

A EPI foi fundada em 2014 com quatro objectivos, a saber:

- Manter a moratória internacional de 1989 sobre o comércio de marfim por dez anos ou até que as populações de elefantes se reestabeleçam,
- Encerrar os mercados domésticos de marfim,
- Utilização das reservas de marfim além do uso comercial, e
- Implementar o Plano de Acção do Elefante Africano 2010 (AEAP).

Os três primeiros objectivos foram o foco da Stop Ivory, o predecessor da EPI, que conseguiu atingir um bom progresso. O comércio legal de marfim e os mercados domésticos de marfim praticamente desapareceram e é difícil imaginar seu retorno. Enquanto isso, o recente Relatório de Crime Mundial contra a Vida Selvagem da ONU 2020, elaborado pela UNODC, relatou uma diminuição na caça furtiva de elefantes e no contrabando de marfim. Apesar disso, sabemos que não podemos ser complacentes e existem sinais preocupantes de um aumento na caça furtiva de elefantes com o intuito de obter marfim em partes específicas de África.

A Fundação EPI continuará a apoiar os países membros na gestão das reservas de marfim e na obtenção de padrão-ouro na gestão de marfim e outros produtos da vida selvagem. Esses são os pilares fundamentais da EPI. Mas se queremos garantir o futuro dos elefantes da África, devemos fazer muito mais.

Visando o horizonte 2030 ou 2050, o rápido crescimento da população humana e o crescimento económico de África, com novos assentamentos humanos em expansão, infraestruturas relacionadas e a conversão de terras para a agricultura, são tidos como as maiores ameaças aos elefantes. Com isso, o risco de conflito entre humanos e animais selvagens é cada vez maior, à medida que pessoas e elefantes competem por terras e os recursos naturais se fazem cada vez mais escassos.

Esses desafios de longo prazo são ainda mais exacerbados pela crise imediata da pandemia do COVID-19, que está a ter um impacto devastador sobre as pessoas, economias e sociedades em todo o mundo. Em África os efeitos foi uma interrupção repentina do turismo baseado na vida selvagem, minando assim um pilar fundamental do modelo de negócios para a conservação da vida selvagem em grande parte do continente.

Os próximos três anos serão críticos para determinar o destino dos elefantes em África, na verdade, de toda a sua vida selvagem. Agora que os benefícios económicos advindos dos elefantes e a geração de empregos da conservação da vida selvagem praticamente desapareceram, será que a caça ilegal e os conflitos humanos com a vida selvagem aumentarão e o habitat será convertido para outros usos? Como os países administrarão a queda nas receitas geradas pela conservação?

E mesmo que possamos navegar através desta crise, as questões mais fundamentais permanecem. Como África administrará o crescimento da população, infraestruturas e expansão da agricultura de uma forma que leve em conta a movimentação dos elefantes? Como os países irão lidar com a superpopulação local de elefantes? Como irão gerir e evitar conflitos entre humanos e animais selvagens?

Nos últimos anos, testemunhamos um crescimento dramático no conflito entre humanos e elefantes em toda a África. Se os conflitos existentes não forem resolvidos e conflitos futuros evitados, as perspectivas dos elefantes africanos prosperarem em suas áreas de distribuição em 2030 serão sombrias. Na ausência de um planeamento sólido, os países serão confrontados com um fluxo interminável de confrontos cada vez maiores entre pessoas e elefantes. Isso terá de ser resolvido em ambientes politicamente tensos, e os elefantes provavelmente ficarão em segundo lugar.

A Fundação EPI acredita que há uma necessidade desesperada de uma conversa aberta, franca e honesta sobre todos esses desafios entre os países com áreas de distribuição de elefantes africanos, juntamente com uma troca aprimorada de experiências e apoio técnico e político mútuo. Os países com áreas de distribuição do elefante africano se beneficiarão das posições acordadas de forma a avançar os seus objectivos de política comum, inclusive sobre como aumentar o investimento internacional na conservação da natureza.

A EPI, com os seus membros em todo o continente, o Conselho de Administração e a Fundação de apoio, está numa posição única para ser a plataforma através da qual África poderá articular as suas necessidades e cumprir os seus objectivos na conservação dos elefantes.

Muito do debate internacional sobre as questões dos elefantes é liderado por sentimentos bem-intencionados, mas os países com áreas de distribuição têm sido confrontados com as realidades económicas e políticas locais. A Fundação EPI, por meio de suas extensas ligações com doadores, organizações conservacionistas e a imprensa internacional, pode actuar como um canal entre a África e o resto do mundo. Os países africanos são responsáveis pela gestão das suas populações de elefantes, de acordo com as obrigações internacionais, e as soluções para estes desafios devem ser lideradas pelos africanos caso pretendam ter sucesso.

Os países africanos, no entanto, precisarão de investimento externo e apoio por muitos anos, especialmente dadas as consequências económicas da pandemia do COVID-19, e precisa-se encontrar um equilíbrio entre o sentimento e as realidades no terreno. A EPI pode fornecer um fórum de apoio mútuo liderado por africanos para encontrar esse equilíbrio.

A Fundação EPI irá galvanizar apoio para todos os países membros, incluindo aqueles que estão passando por uma queda nas receitas provenientes do turismo direccionado aos animais selvagens, para ajudá-los a gerir e evitar conflitos entre humanos e animais selvagens e garantir a coexistência harmoniosa de elefantes e pessoas até 2030 e além. A resolução do conflito humano com a vida selvagem é parte integrante do Plano de Acção do Elefante Africano (AEAP) e dos respectivos Planos de Acção Nacionais para Elefantes (NEAPs). A Fundação EPI buscará duas estratégias inter-relacionadas para atingir este objectivo:

- gerir conflitos existentes entre humanos e vida selvagem, implantando as melhores tecnologias e técnicas disponíveis, e
- evitar as condições que podem conduzir a conflitos futuros, através do ordenamento do território e, novamente, da melhor utilização das tecnologias e técnicas disponíveis.

A Fundação EPI atrairá experiência especializada em conflitos entre humanos com animais selvagens, assim como fez com o manuseamento das reservas de marfim. Isso incluirá um kit de ferramentas sobre técnicas e tecnologias disponíveis para lidar com os conflitos actuais e evitar conflitos futuros, para implantação em todo o continente.

Já existem projectos de vida selvagem em muitas partes da África, mas o continente precisa de uma abordagem mais coordenada e de apoio mútuo. A EPI oferece essa oportunidade. Encorajará a implantação de tecnologias e técnicas existentes e novas em todo o continente para abordar o conflito entre a vida selvagem e humanos e para apoiar o planeamento espacial. Um possível aumento da caça furtiva em geral, considerando o impacto da pandemia do COVID-19, torna a implantação de tecnologia avançada e outros meios de resolução de conflitos mais importante do que nunca.

Alguns países africanos conseguiram atrair um financiamento significativo para a conservação. Construíram modelos de sucesso com base em parcerias público-privadas e unidades de conservação da comunidade. Outros desenvolveram agências nacionais mais fortes e transparentes.

Esses modelos estão agora a enfrentar desafios, especialmente devido à perda de receita provenientes do turismo. Que modelos terão mais sucesso em atrair financiamento para a conservação visando 2030? Deverão os doadores multilaterais reconfigurar seus modelos de financiamento para responder melhor às necessidades de África após COVID-19? A Fundação EPI promoverá essa discussão entre os países africanos e facilitará o acordo entre seus membros.

Modelos de gestão de conservação bem-sucedidos devem abordar preocupações sobre boa governança, implementação eficaz e responsabilidade pelo desempenho. A Fundação EPI analisará todos os modelos de sucesso e possíveis modelos futuros e apoiará os países membros na consideração e utilização da abordagem mais adequada às suas próprias circunstâncias.

Se conseguirmos cumprir esses objectivos, podemos garantir que os elefantes ainda serão capazes de percorrer a maior parte das suas áreas de distribuição históricas. Também protegeremos uma grande variedade de animais e plantas selvagens, mitigaremos o impacto da mudança climática e apoiaremos o sustento de milhões de pessoas.

A Visão da Fundação EPI até 2030 é “a Coexistência harmoniosa entre pessoas e elefantes permitindo as manadas de viajar ao longo das suas áreas de distribuição. Protegendo assim uma ampla gama de animais e plantas selvagens, combatendo as mudanças climáticas, e apoiando os meios de subsistência locais.”

A Fundação EPI ajudará os países africanos com soluções de gestão e financiamento coerentes, criativas e eficazes para proteger as populações de elefantes até 2030, sob a égide da AEAP, que constitui uma parte central da EPI.

Esta Visão e seus objectivos específicos serão alcançados apoiando os países membros da EPI no avanço dos objectivos da EPI por meio de:

Apoio geral:

- Convocar os países membros para enfrentar desafios comuns e facilitar a adopção de posições políticas acordadas.
- Compartilhar conhecimento, experiência, tecnologias e técnicas para lidar com desafios comuns em vários países.

Técnicas e políticas novas:

- Apoiar a implementação de medidas para gerir os conflitos existentes entre os humanos e a vida selvagem e para evitar as condições que podem conduzir a conflitos futuros.
- Facilitar a mobilização de recursos de curto e longo prazo, incluindo o avanço de modelos de governança de conservação bem-sucedidos.

Técnicas e políticas em andamento:

- Advogar pela manutenção da proibição internacional do comércio de marfim de elefante, pelo fechamento dos mercados domésticos restantes e pelo apoio à gestão contínua e eficaz dos inventários.
- Continuar a apoiar o desenvolvimento e actualização dos NEAPs.